

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 01416.001271/2016-39

Pregão Eletrônico nº 40/2016

MINUTA DE CONTRATO Nº 000/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE E A EMPRESA _____ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A **AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA – ANCINE**, autarquia federal de natureza especial, instituída pela Medida Provisória n.º 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, com Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Graça Aranha n.º 35, Centro, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.884.574/0001-20, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **MANOEL RANGEL NETO**, nomeado pelo Decreto de 16/05/2013, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2013, inscrito no CPF sob o n.º 136.524.478-40, Cédula de Identidade n.º 1.552.574, expedida pela SSP/GO, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na Cidade de _____, localizada na _____ (endereço completo), neste ato representada por seu (cargo/função) _____, _____ (nome completo), inscrito no CPF sob o n.º _____, Cédula de Identidade n.º _____, expedida pela _____ (órgão expedidor), doravante denominada **CONTRATADA**, em conformidade com o Processo Administrativo n.º **01416.001271/2016-39**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 040/2016**, têm, entre si, justo e avençado, **sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global**, e celebram o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, sujeitando-se a **CONTRATADA** às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, bem como às cláusulas a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de impressão gráfica de livros, livretos, folders, postais e demais serviços gráficos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../.....

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ (.....).

Itens	Tipo	Especificação	Demandas	Tiragem	Valor por item	Valor total
1	Folder 3 dobras	Impressão: 4/4 cores em papel Couché fosco 230g, laminação fosca frente/verso; - Formato: fechado 18 x 18 cm, aberto 18 x 72 cm, três dobras e vinco.	3	500		
2	Folder 3 dobras	Impressão: 4/4 cores em papel Couché fosco 230g, laminação fosca frente/verso; - Formato: fechado 18 x 18 cm, aberto 18 x 72 cm, três dobras e vinco.	2	1000		
3	Folder 2 dobras	Impressão: 4/4 cores em papel Couché fosco 230g, laminação fosca frente/verso; - Formato: fechado 21 x 10 cm, aberto 21 x 30 cm, duas dobras e vinco.	3	500		
4	Folder 2 dobras	Impressão: 4/4 cores em papel Couché fosco 230g, laminação fosca frente/verso; - Formato: fechado 21 x 10 cm, aberto 21 x 30 cm, duas dobras e vinco.	2	1000		
5	Livro (a)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Royal Supremo 250g, fechado 18 x 24 cm, aberto 18 x 48 cm, com orelhas de 12 cm; Miolo: até 200 páginas, 4/4 cores em papel Offset 75g, fechado 18 x 24 cm, aberto 18 x 48 cm. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou mediante comprovação de origem de manejo sustentável.</p>	2	500		
6	Livro (a)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Royal Supremo 250g, fechado 18 x 24 cm, aberto 18 x 48 cm, com orelhas de 12 cm; Miolo: até 200 páginas, 4/4 cores em papel Offset 75g, fechado 18 x 24 cm, aberto 18 x 48 cm. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou</p>	2	1000		

		mediante comprovação de origem de manejo sustentável.				
7	Livro (b)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Tríplex 300g, laminação fosca (frente/verso) e verniz localizado (frente), fechado 24 x 24 cm, aberto 24 x 48 cm, com orelhas de 20 cm; Miolo: até 400 páginas, 4/4 cores em papel Couché fosco 115g, fechado 24 x 24 cm, aberto 24 x 48 cm. Acabamento: costurado e colado ou costura térmica. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou mediante comprovação de origem de manejo sustentável.</p>	2	500		
8	Livro (b)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Tríplex 300g, laminação fosca (frente/verso) e verniz localizado (frente), fechado 24 x 24 cm, aberto 24 x 48 cm, com orelhas de 20 cm; Miolo: até 400 páginas, 4/4 cores em papel Couché fosco 115g, fechado 24 x 24 cm, aberto 24 x 48 cm. Acabamento: costurado e colado ou costura térmica. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou mediante comprovação de origem de manejo sustentável.</p>	2	1000		
9	Livro (c)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Cartão 250g, fechado 16 x 23 cm, aberto 16 x 46 cm, sem orelhas; Miolo: até 24 páginas, 4/4 cores em papel Couché fosco 115g, fechado 16 x 23 cm, aberto 16 x 46 cm. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou mediante comprovação de origem de manejo sustentável.</p>	2	500		

10	Livro (c)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Cartão 250g, fechado 16 x 23 cm, aberto 16 x 46 cm, sem orelhas; Miolo: até 24 páginas, 4/4 cores em papel Couché fosco 115g, fechado 16 x 23 cm, aberto 16 x 46 cm. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou mediante comprovação de origem de manejo sustentável.</p>	2	1000		
11	Livro (d)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Cartão 250g, fechado 21 x 15 cm, aberto 21 x 30 cm, sem orelhas; Miolo: até 48 páginas, 4/4 cores em papel Couché fosco 115g, fechado 21 x 15 cm, aberto 21 x 30 cm. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou mediante comprovação de origem de manejo sustentável.</p>	2	500		
12	Livro (d)	<p>- Impressão e Formato:</p> <ul style="list-style-type: none"> Capa: 4/4 cores em papel Cartão 250g, fechado 21 x 15 cm, aberto 21 x 30 cm, sem orelhas; Miolo: até 48 páginas, 4/4 cores em papel Couché fosco 115g, fechado 21 x 15 cm, aberto 21 x 30 cm. <p>Todos os papéis devem ter origem certificada FSC ou CERFLOR, ou mediante comprovação de origem de manejo sustentável.</p>	2	1000		
R\$						

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ANCINE, para o exercício de 2016.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2 A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.5.1 não produziu os resultados acordados;

5.5.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.5.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.12 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{100} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1. O preço é fixo e irrevogável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez dias) após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

7.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

7.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008, observada a legislação que rege a matéria.

7.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.9. Será considerada extinta a garantia:

7.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.9.2. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O local de acompanhamento e entrega dos serviços será o Escritório Central da ANCINE, situado na Avenida Graça Aranha nº 35, Assessoria de Comunicação (ACO) – Centro – Rio de Janeiro / RJ.

8.2 As publicações confeccionadas deverão ser entregues ao gestor do contrato ou o seu substituto, obedecidos os prazos constantes do item 6.1, no horário de expediente da Agência Nacional do Cinema, na Assessoria de Comunicação – ACO.

8.3 A Contratada deverá agendar com a ACO a entrega do material com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

8.4 Caso entenda necessário, o gestor do contrato ou o seu substituto poderá designar outro local para entrega das publicações, comunicando previamente a Contratada acerca da alteração.

8.5 O serviço deverá ser prestado nos seguintes prazos:

Material	Entrega da prova heliográfica	Entrega do material final
Livro de até 400 páginas	3 dias úteis após o recebimento dos arquivos com os layouts	12 dias úteis após a aprovação prova
Livro de até 200 páginas	3 dias úteis após o recebimento dos arquivos com os layouts	10 dias úteis após a aprovação prova

Livreto até 24 páginas	2 dias úteis após o recebimento dos arquivos com os layouts	4 dias úteis após a aprovação da prova
Livreto até 48 páginas	2 dias úteis após o recebimento dos arquivos com os layouts	5 dias úteis após a aprovação da prova
Folder de 2 e 3 dobras	1 dia útil após o recebimento dos arquivos com os layouts	3 dias úteis após a aprovação da prova

8.6 Os prazos estabelecidos no item anterior terão início no primeiro dia útil após a entrega dos arquivos com as artes finais ou, conforme o caso, a resposta da Contratante.

8.7 O recebimento do material será em caráter:

- a. provisório, no ato da entrega, para efeito de posterior conferência da quantidade e da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência; e
- b. definitivo, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.9 Realizada a conferência de que trata o item anterior, caso sejam identificados materiais com defeitos de confecção e/ou impressão, ou que apresentem alteração de suas características originais, tais exemplares deverão ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação do fato à Contratada.

8.9.1 Apenas após a realização dos itens 8.6 e 8.7, a ACO certificará a nota fiscal e encaminhará o documento em questão para fins de pagamento.

8.10 A ANCINE poderá recusar os serviços, com a indicação dos motivos, caso:

- a. efetuados em desacordo com a prova aprovada;
- b. sua qualidade seja considerada inferior à solicitada de acordo com as especificações técnicas da ordem de serviço e dos seguintes critérios:
 - I. os impressos expressarem corretamente as cores e a arte original;
 - II. os impressos não possuírem amassados, dobras ou rasgos não previstos;
 - III. os impressos não possuírem manchas ou falhas de impressão;
 - IV. a qualidade de fixação da tinta não permitir que seu manuseio manche o impresso.

8.10 A empresa vencedora deverá responsabilizar-se por todos os custos envolvidos na entrega do material, tais como transporte terrestre ou aéreo (quando da impossibilidade de cumprimento do prazo por via terrestre), mão-de-obra, seguro, etc.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nos itens 8 e 9 do Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 10 do Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, de..... de 2016

Representante legal da ANCINE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: